

## Saúde

Dentre os principais desafios identificados no que tange ao tema da saúde, destaca-se a falta de articulação do serviço de acolhimento com a rede de proteção como um todo. A intersetorialidade aparece mais uma vez como a única estratégia possível para o atendimento integral de crianças e adolescentes acolhidos. Esse grupo apresenta demandas que não podem ser satisfeitas apenas pela segurança pública, pelo judiciário e pela assistência social e, por isso, visando a proteção integral dessa população, é preciso articular diferentes segmentos governamentais e não-governamentais (FERRIANE; BERTOLUCCI; SILVA, 2008).

De modo geral, a condição de saúde das crianças e adolescentes acolhidas traduz as situações de privação material e emocional a que foram submetidas, seja no convívio com a família, seja ao longo de sua permanência no abrigo. Seus processos de saúde e doença precisam ser compreendidos, portanto, a partir da relação entre o lar de suas famílias de origem e a instituição, onde fatores de risco e proteção à saúde física e emocional coexistem, se influenciam e se potencializam mutuamente (CAVALCANTE; MAGALHÃES; PONTES, 2009).

Os problemas de comportamento, identificados em um número significativo de crianças e adolescentes, podem estar relacionados as suas histórias de vida marcadas por eventos traumáticos. Nesses casos, identificar como as crianças percebem os eventos vividos é fundamental no seu acompanhamento e no desenvolvimento de estratégias adequadas de intervenção. Além do atendimento às demandas emocionais dos acolhidos, o resgate de vínculos e a assistência às famílias, o investimento criterioso no processo educativo das crianças e o treinamento dos profissionais são fundamentais para a transformação de trajetórias marcadas pela privação e pelo sofrimento (CALCING; BENETTI, 2014).

Entre os autores analisados emergiu a questão da medicalização de crianças e adolescentes acolhidas. Em relação aos protocolos adotados, foi pontuada a necessidade de mais estudos que permitam identificar condições geradoras de risco e que subsidiem a elaboração de planejamentos e rotinas seguros e o desenvolvimento de competências voltadas ao tema (CHAVES ET AL., 2018). Foram manifestas preocupações em relação ao uso da medicalização como *modus operandi* dos serviços de acolhimento institucional, sobretudo em relação aqueles com trajetória de vida nas ruas e/ou que fazem uso de drogas. A justificativa adotada por parte desses serviços é a da necessidade de proteção ou cuidados intensivos ou do suposto perigo de conviver com tal público. Para evitar o uso indiscriminado de medicamentos como forma de controle, é preciso uma articulação intersetorial que discuta práticas, apoiada em

processos permanentes de formação, e pactos de gestão que assegurem a prevalência desse fazer coletivo (OLIVEIRA; VICENTI; MASSARI, 2018).

A relação das crianças e adolescentes acolhidas com as drogas também foi uma das preocupações manifestas nos textos levantados. De modo geral, o grupo já teve contato com as drogas e estabelece uma relação entre elas, o prazer e a violência. Entre outros elementos, destacam-se a fuga das condições de vida e a busca pelo prazer como catalizadores para o uso de drogas. A ausência da família, o preconceito vivido e a falta de perspectivas impactam na vida dessas crianças e adolescentes e, por isso, merecem atenção especial daqueles que trabalham junto a essa população. Desenvolver linguagens e metodologias que envolvam esses sujeitos na elaboração e implementação das ações sobre esse tema pode contribuir para a adesão dos mesmos às propostas construídas (MORAES; BRAGA, 2004).